

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: [Temer assina projeto para venda da Eletrobras](#) 2

O Estado de S. Paulo

Título: [Temer acelera privatização da Eletrobrás para apresentar em Davos](#) 8

Correio Braziliense

Título: [Privatização da Eletrobras avança](#) 12

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: [Temer assina projeto para venda da Eletrobras](#) 2

Título: [Petrobras garante que não foi pressionada](#) 3

Título: [O erro na Caixa](#) 4

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 6

Título: [Temer assina projeto de lei para privatizar Eletrobras](#) 6

Título: [Investimento da China no Brasil em 2017 atingiu máxima em sete anos](#) 7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 8

Título: [Temer acelera privatização da Eletrobrás para apresentar em Davos](#) 8

Título: [Investimento chinês no Brasil é o maior em 7 anos](#) 10

Título: [Avança revisão de acordo de sócios da Braskem](#) 11

VEÍCULO: Correio Braziliense 12

Título: [Privatização da Eletrobras avança](#) 12

Título: [Gasolina a menos de R\\$ 4](#) 13

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Temer assina projeto para venda da Eletrobras**

Texto com regras da privatização será enviado ao Congresso na próxima semana.

O presidente Michel Temer assinou ontem o projeto de lei com as regras para a privatização da Eletrobras. O texto será enviado ao Congresso na próxima segunda-feira, onde precisa ser aprovado para que a operação seja concluída. O governo tem pressa para enviar a proposta e concluir a desestatização da estatal este ano, pois o Orçamento conta com os R\$ 12,2 bilhões das receitas estimadas com esse processo. Paralelamente, o governo trabalha para derrubar as decisões da Justiça que suspenderam um artigo da medida provisória (MP) 814, que autoriza a privatização da empresa.

Essa MP é importante porque permite a contratação dos estudos formais para a desestatização. O modelo da operação, no entanto, é descrito no projeto de lei. Por isso, a decisão da Justiça não impede o andamento da proposta. Em nota assinada pelos **ministérios de Minas e Energia**, Fazenda, Planejamento, Casa Civil e Secretaria-Geral, o governo afirma que o projeto visa a dar “total transparência” à proposta, com a intenção de permitir a sua aprovação, “após o envolvimento produtivo e as necessárias contribuições do Congresso Nacional”.

O modelo de privatização será por meio de aumento de capital mediante subscrição pública de ações, sem que a União acompanhe, sendo sua participação diluída ao ponto de perder o controle. O governo deve ficar com cerca de 45% das ações da elétrica após a privatização. A capitalização será usada para pagar ao Tesouro um bônus em troca de uma melhoria nas condições dos contratos de 14 de suas hidrelétricas, que hoje praticam preços abaixo do mercado. É por meio desse pagamento que o governo vai faturar com a privatização. O valor final arrecadado será dividido por três. Além de ir para a União, um terço será destinado ao fundo Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) — que banca os subsídios do setor. O restante ficará com a empresa.

REVITALIZAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

O governo também vai exigir que a Eletrobras pague um programa de revitalização do Rio São Francisco. Serão desembolsados R\$ 350 milhões anualmente nos primeiros 15 anos, e mais R\$ 250 milhões nos últimos 15 anos.

Mesmo após a privatização, o Executivo vai indicar um membro do Conselho de Administração da Eletrobras, além daqueles associados à participação societária da União previstos em lei. Além disso, manterá uma ação de classe especial, a chamada golden share, com poder de veto em decisões estratégicas. A intenção do governo é aprovar o projeto até junho. Em seguida, será convocada uma Assembleia Geral de acionistas para decidir sobre a privatização e as obrigações impostas para dar sequência à medida.

Com 63% de ações na empresa (cálculo que inclui também a participação do BNDES e de fundos de pensão de estatais), a União não vai votar na assembleia e ficará a cargo dos acionistas minoritários decidir sobre o futuro da Eletrobras. Apenas a subsidiária Eletronuclear e a usina de Itaipu não serão privatizadas. No primeiro caso, porque a Constituição não permite. Com relação a Itaipu, porque se trata de uma hidrelétrica feita por acordo entre Brasil e Paraguai. A forma da reestruturação societária para manter esses ativos sob controle da União será proposta pelo BNDES, mas o governo reconhece que deve ser necessário criar uma nova estatal, que teria por finalidade controlar as duas companhias.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras garante que não foi pressionada

Estatal afirma que nova política de gás não foi influenciada pelo governo

A Petrobras e o Ministério da Fazenda contestaram a reportagem publicada ontem no GLOBO “Pressão no gás”, que afirma que a estatal foi pressionada pelo governo a mudar a política de reajustes do gás de botijão (GLP). Em nota, a Petrobras afirma que a política de preços de combustíveis e derivados praticada pela companhia é estabelecida “com base em critérios técnicos, cujos princípios são definidos por sua diretoria executiva”. A estatal acrescenta que as alterações na política para o GLP residencial tiveram como objetivo reduzir o repasse da volatilidade de preços internacionais ao mercado doméstico, como anunciou no começo de dezembro e “não foram objeto de discussão com autoridades do governo federal”. A estatal informou, na última quinta-feira, que os reajustes do gás de botijão, que eram mensais, passariam a ser trimestrais. Além disso, a petroleira anunciou uma redução de 5% nos preços, que entrou em vigor ontem. A reportagem afirma que o presidente da Petrobras discutiu o assunto com integrantes da equipe econômica nas últimas semanas

‘NÃO HOUVE INTERFERÊNCIA’

O Ministério da Fazenda afirma, em nota, que o reajuste de preços do botijão “não foi tratado na reunião entre o ministro Henrique Meirelles e o presidente da Petrobras, Pedro Parente, na última terça-feira” e acrescenta que “não houve nenhuma interferência política de preços na empresa”. Segundo fontes ouvidas pelo GLOBO, a variação do preço do gás de botijão era considerada excessiva, e o martelo foi batido após a avaliação de que um reajuste trimestral era uma questão de “bom senso”. A reportagem também destacou que o produto tem baixo impacto nas receitas da estatal e que o gás de botijão é um item significativo na cesta de produtos da população de baixa renda.

Opinião : Condição

A Excessiva flutuação do preço do gás de cozinha e a sua elevação levaram a Petrobras, por pressão do governo, a espaçar a remarcação do combustível.

Faz Sentido, mas apenas se a mudança não levar à volta dos congelamentos praticados pela Petrobras, por conveniências políticas do Planalto.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Míriam Leitão****Título: O erro na Caixa**

A Caixa foi o assunto numa reunião ontem em Brasília de todos os órgãos de controle: TCU, MPF, CGU, Banco Central e auditoria da CEF. Concordaram que não basta afastar quatro vice-presidentes, e que é preciso mudar radicalmente a forma de seleção de dirigentes. Vão dar um voto de confiança ao Conselho de Administração, que começa semana que vem a implantar a nova estrutura de governança.

O presidente Temer sabia que estava errando na Caixa. Tanto que estabeleceu outros critérios na direção da Petrobras e Eletrobras. Para as duas estatais de energia escolheu gestores sem ligação política e concedeu a eles liberdade de atuação. Entre as grandes estatais, a Caixa ficou como o enclave podre. Nas outras muitas estatais o padrão também é o fatiamento político. A situação no banco começou a mudar esta semana. Após o MP pedir a substituição dos vice-presidentes, o Banco Central fez o mesmo. O Conselho de Administração, que é presidido pela secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, havia contratado a auditoria do escritório Pinheiro Neto, depois que a Price aprovou com ressalvas o balanço de 2016. O que a auditoria descobriu confirmou tudo o que fora investigado em quatro operações do Ministério Público. O cerco começou a se

fechar. A Caixa tem sido vítima do uso político abusivo. A operação Sepsis exibiu como acontece. No dia primeiro de julho de 2016, quando Temer ainda era interino, a operação foi estourada.

Lá se contava como acontecem as indicações para a Caixa. Lúcio Funaro, com uma folha corrida de crimes investigados em três operações — Banestado, Satiagraha, Mensalão —, foi a “autoridade” que decidiu quem seria o vice-presidente de Loterias e Fundos Públicos. Funaro indicou o nome de Fábio Cleto ao deputado Eduardo Cunha, no governo Dilma, em 2012. Foi explícito a Cleto sobre o fato de que ele tinha que fazer o que “nós quisermos”. O “nós” era ele e Cunha. O ministro Guido Mantega chamou Cleto em seu gabinete e o nomeou. Imaginemos, apenas por hipótese, que em meados de 2016 o presidente Temer não soubesse o risco das indicações políticas. Se tivesse lido o que ficou público pela Sepsis naquele primeiro de julho, saberia que a distorção é tal que um criminoso, réu confesso do mensalão, na prática havia indicado a pessoa responsável, entre outras coisas, pelo FGTS. Na Eletrobras, Wilson Ferreira fez uma mudança na organização para cortar os excessivos cargos administrativos.

A Caixa permaneceu tendo uma dúzia de vice-presidentes, abaixo deles os diretores e depois os superintendentes. Para que ter 12 vice-presidentes? Elementar. Para melhor dividir o bolo, ocupar a máquina, ordenhar o banco no qual está depositada a poupança de milhões de brasileiros. Quando Pedro Parente foi convidado para a Petrobras ele recebeu a informação de Temer de que teria liberdade para nomear a diretoria. Na Caixa manteve-se a rotina de dividir o comando em sesmarias e entregá-las aos capitães políticos para as práticas extrativas. Quando Temer assumiu, as análises da situação das empresas indicavam que tanto a Petrobras quanto a Caixa precisavam ser capitalizadas. A Petrobras se ajustou sozinha, cortou custos, vendeu ativos, reduziu endividamento, aumentou a receita.

A Caixa, desenquadrada nas normas bancárias internacionais, vem tentando se capitalizar com o dinheiro do FGTS. O erro na Caixa foi a repetição do pecado original: usar as empresas estatais para o repasto político. Não basta tirar quatro vice-presidentes, ou mesmo todos. É preciso mudar a forma de recrutamento de gestores. Alguns dos atuais dirigentes da Caixa estão sendo investigados. “Não podemos dizer que eles são culpados, mas podemos garantir que o sistema que os levou é. O corrupto é apenas o fruto. Se a árvore não for extraída, o crime continuará”, diz um integrante de órgão de controle. Temer sabia o que aconteceria na Caixa ao reservá-la aos políticos. Quando o Ministério Público pediu a saída dos vice-presidentes, fingiu não ouvir. Foi preciso que o Banco Central usasse seu poder de fiscal do sistema financeiro para que quatro deles fossem afastados. Sanear a Caixa vai demorar anos. Mas esta semana pode ter sido um ponto de inflexão na longa história de abusos sofridos pelo banco público.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Daniel Carvalho / Taís Hirata****Título: Temer assina projeto de lei para privatizar Eletrobras**

O presidente Michel Temer assinou nesta sexta (19) o projeto de lei que propõe uma modelagem de venda da Eletrobras.

A proposta, que ainda será encaminhada ao Congresso, prevê que o governo tenha uma "golden share", que dá poder de veto, e determina a limitação de 10% do poder de voto para qualquer acionista que detenha participação acionária superior a este limite.

"São medidas importantes que já estavam faladas, mas não escritas. Depois da confusão com a publicação da MP, havia dúvidas sobre quando sairia o projeto, mas o governo confirmou sua disposição em tocar o processo neste ano", afirmou João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, consultorias do setor elétrico

O texto também barra eventuais acordos entre acionistas para o exercício de direito de voto, a não ser que o bloco não ultrapasse 10% dos acionistas.

As medidas evitam a concentração de mercado e a tomada hostil de controle por outra companhia, segundo o comunicado, que foi divulgado oficialmente somente após às 19h para não afetar a Bolsa de Nova York, que funcionou até este horário.

"A proposta (...) defende, entre outros benefícios, a democratização do capital da Eletrobras por meio da capitalização da empresa junto ao mercado, preserva e valoriza o patrimônio da União –sem a necessidade de venda de ações– e prevê o pagamento associado a um bônus de outorga de grande relevância ao equilíbrio fiscal do país", diz trecho do texto.

O projeto também indica que um terço dos recursos gerados pela descotização das usinas hidrelétricas seja destinado a abater encargos tarifários dos consumidores –outra promessa do governo.

Outro ponto presente no texto, já esperado pelo mercado, é a manutenção do controle da União sobre Itaipu e Eletronuclear, ativos que não poderiam passar pelo processo devido a restrições do Tratado Internacional firmado com o Paraguai e da exigência constitucional que a energia nuclear seja de monopólio do governo.

EM BUSCA DE APROVAÇÃO

Em um movimento de agrado às bancadas nordestinas, o texto também define a obrigatoriedade de ações efetivas para recuperar a bacia hidrográfica do Nordeste, e destina R\$ 9 bilhões para restaurar a bacia do São Francisco durante o período de concessão.

A expectativa é que a tramitação do projeto de lei no Congresso seja difícil, já que há uma forte resistência de parlamentares contrários à privatização da estatal –principalmente bancadas nordestinas e de Minas.

A publicação do projeto no Diário Oficial deverá ocorrer já na segunda-feira (22), mas a tramitação de fato se iniciará apenas em fevereiro, após o fim do recesso parlamentar.

Para concretizar a privatização, o governo também precisará reverter uma liminar que suspendeu parte da MP 814/2017, que retirava algumas travas legais ao processo.

Além disso, a venda das seis distribuidoras que continuam sob controle da Eletrobras deverá ocorrer antes de um processo de desestatização da controladora –o que pode atrasar o processo, já que ainda não foi definido quem irá absorver a dívida bilionária das empresas, processo considerado necessário para atrair investidores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Investimento da China no Brasil em 2017 atingiu máxima em sete anos

A China investiu US\$ 20,9 bilhões no Brasil em 2017, maior valor desde 2010 uma vez que a recessão ajudou a reduzir os preços de ativos e atraiu investidores, de acordo com o Ministério do Planejamento brasileiro.

Os setores de energia, logística e agricultura atraíram o maior volume de capital chinês, incluindo investimentos nos campos de petróleo do pré-sal e o acordo de US\$ 2,25 bilhões da chinesa State Power Investment Corp para operar a usina hidrelétrica de São Simão.

O dado de investimentos de 2017 considera investimentos confirmados e anunciados, mas não considera acordos como a compra pela companhia chinesa

de transporte urbano por aplicativo DiDi Chuxing do controle da brasileira 99, já que empresas privadas não divulgam o tamanho do acordo.

O governo brasileiro projeta que o investimento chinês continue aumentando este ano uma vez que os preços de ativos continuam baixos após a recessão que terminou ano passado.

"O Brasil tem muito menos investimento do que precisamos. Precisamos de investidores estrangeiros", disse o Secretário de Assuntos Internacionais, Jorge Arbache, em entrevista.

Segundo ele, as eleições presidenciais deste ano não devem desacelerar o investimento chinês.

"Quando conversamos com os chineses sobre esse ser um ano eleitoral, um ano com um forte componente político, os chineses mostram que têm uma visão de longo prazo para o Brasil", disse Arbache. "É improvável que eles reduzam sua presença."

Um fundo bilateral lançado em 2017 para direcionar US\$ 20 bilhões em financiamentos de bancos estatais chineses e brasileiros vai avaliar a primeira série de projetos no fim de janeiro.

O fundo foca em ferrovias e infraestrutura para ajudar a levar grãos a portos já que a China é o principal comprador de soja brasileira. Segundo Arbache, o fundo já recebeu 29 propostas.

"Se no final de 2018 cinco projetos forem aprovados, acho que será muito bom para o primeiro ano", disse Arbache. "Com o processo de aprendizagem, é possível que no próximo ano haja ainda mais aprovações."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / Carla Araújo

Título: Temer acelera privatização da Eletrobrás para apresentar em Davos

Na prateleira. Governo envia projeto de lei de venda da estatal ao Congresso na segunda-feira; com isso, o Planalto que demonstrar disposição em privatizar a empresa, apesar da resistência de parlamentares e de disputas judiciais que envolvem a proposta

O presidente Michel Temer assinou ontem o projeto de lei com regras para a privatização da Eletrobrás. O texto deve ser encaminhado ao Congresso

Nacional na segunda-feira, dia 22, e seguirá na Câmara em regime de urgência, para que a tramitação ocorra em 45 dias e a sanção presidencial em 15 dias.

A avaliação é que o envio do projeto de lei neste momento é uma sinalização positiva para o governo levar à 48.^a edição do Fórum Econômico Mundial, na semana que vem. Temer viaja na segunda-feira para Davos, na Suíça. A assinatura do projeto de lei também é uma tentativa de demonstrar que o governo não mudou de ideia e continua disposto a privatizar a empresa.

O ceticismo em relação à proposta cresceu diante da resistência do Congresso e das disputas judiciais que envolvem o tema. A proximidade das eleições também pode prejudicar as discussões. De acordo com o texto do projeto de lei, a privatização se dará por meio do aumento do capital social da empresa, que oferecerá novas ações na Bolsa e, com isso, a participação dos atuais acionistas será diluída.

De acordo com a proposta, o aumento de capital social poderá ser acompanhado de uma oferta pública secundária de ações da União. Isso significa que o governo pode vender suas ações na empresa e o dinheiro arrecadado vai para os cofres públicos – e não para o caixa da empresa. Empresas controladas pelo governo, direta ou indiretamente, também poderão vender suas ações na Eletrobrás.

Hoje a União tem 51% das ações ordinárias (com direito a voto) e fatia de 40,99% no capital total da Eletrobrás. De acordo com o comunicado, o projeto de lei vai limitar a 10% o poder de voto para qualquer acionista que detenha participação no capital superior a esse limite e vai assegurar a vedação a acordo de acionistas que ultrapassem esse limite.

“Estas medidas evitam a concentração de mercado e a tomada hostil de controle por outra companhia”, diz o documento. O projeto de lei também garante à União uma ação de classe especial golden share. A ação “protege o modelo de corporação e garante a indicação de um membro do Conselho de Administração, além daqueles associados à participação societária da União previstos na Lei das S.A”.

“Com isso, a Eletrobrás se tornará uma corporação nacional permanente e promotora de eficiência e competição”, diz o comunicado.

Veto.

A ação garante à União terá poder de veto em casos de liquidação, modificação do objeto, das sedes e da denominação social da Eletrobrás e de suas subsidiárias e alteração de alguns itens do estatuto. Uma parte dos recursos gerados com a descotização da energia das hidrelétricas da Eletrobrás será

repassada aos consumidores para abater encargos setoriais que oneram a conta de luz.

A outorga e o valor adicionado pelos novos contratos de concessão serão calculados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), colegiado de ministros presidido pelo **Ministério de Minas e Energia**. O projeto prevê que a descotização será gradual, num prazo de no mínimo três anos e de no máximo cinco anos. Ainda de acordo com o comunicado, os consumidores vão se beneficiar da queda no custo de transmissão de energia.

O projeto de lei prevê a destinação de R\$ 9 bilhões para ações de recuperação e revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Os recursos serão pagos pela Eletrobrás ao longo dos 30 anos de concessão. O projeto de lei mantém sob controle da União a usina binacional de Itaipu e a Eletronuclear, dona das usinas de Angra 1 e Angra 2 e da futura Angra 3.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: Investimento chinês no Brasil é o maior em 7 anos

A China investiu US\$ 20,9 bilhões no Brasil em 2017, maior valor desde 2010, com a recessão reduzindo o preço dos ativos, atraindo investidores, segundo o Ministério do Planejamento brasileiro.

Os setores de energia, logística e agricultura atraíram o maior volume de capital chinês, incluindo investimentos nos campos de petróleo do pré-sal e o acordo de US\$ 2,25 bilhões da chinesa State Power Investment Corp para operar a Hidrelétrica de São Simão.

O dado de 2017 considera investimentos confirmados e anunciados, mas não contabiliza acordos como a compra, pela companhia chinesa de transporte urbano por aplicativo DiDi Chuxing, do controle da brasileira 99, já que empresas privadas não divulgam o tamanho do acordo.

O governo brasileiro projeta que o investimento chinês continue aumentando este ano uma vez que os preços de ativos continuam baixos. “O Brasil tem muito menos investimento do que precisamos. Nós precisamos de investidores estrangeiros”, disse o secretário de Assuntos Internacionais, Jorge Arbache, em entrevista.

Segundo o secretário, as eleições presidenciais deste ano não devem desacelerar o investimento chinês. “Quando conversamos com os chineses

sobre o fato de este ser um ano eleitoral, um ano com um forte componente político, os chineses mostram que têm uma visão de longo prazo para o Brasil”, disse Arbache.

“É improvável que eles reduzam sua presença”. Projetos. Um fundo bilateral lançado em 2017 para direcionar US\$ 20 bilhões em financiamentos de bancos estatais chineses e brasileiros vai avaliar a primeira série de projetos no fim de janeiro. O fundo foca em ferrovias e infraestrutura para ajudar a levar grãos a portos já que a China é o principal comprador de soja brasileira.

Segundo Arbache, o fundo já recebeu 29 propostas. “Se no fim de 2018 cinco projetos forem aprovados, acho que será muito bom para o primeiro ano”, disse Arbache. “Com o processo de aprendizagem, é possível que no próximo ano haja ainda mais aprovações.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fátima Laranjeira

Título: Avança revisão de acordo de sócios da Braskem

A Petrobrás anunciou ontem que as negociações com o grupo Odebrecht para a revisão do acordo de acionistas da petroquímica Braskem evoluíram para estudos com objetivo de realizar uma reorganização societária com a unificação das espécies de ações da Braskem. Esses estudos, no entanto, ainda se encontram em fase preliminar.

Nas últimas semanas, representantes das duas companhias voltaram se reunir para dar continuidade às conversas para a revisão desse acordo – Petrobrás tem 36,1% do negócio e Odebrecht 38,3%. Com atual participação, o grupo baiano tem 51% do capital votante. A reorganização societária, segundo a Petrobrás, busca aprimorar a governança corporativa da Braskem e, junto com as demais estratégias do negócio, “criar valor para todos os seus acionistas”.

Em nota, a Odebrecht reitera a intenção de sua sócia disse que o objetivo do acordo é buscar soluções para agregar valor à Braskem. A revisão do acordo de acionistas é considerada vital para que a petroleira consiga se desfazer de sua fatia da companhia, como parte do seu plano de sair de negócios não estratégicos.

Andamento.

Em setembro do ano passado, a estatal havia informado que as negociações com a Odebrecht para viabilizar a venda da sua participação na Braskem

estavam em estágio preliminar. No documento, a Petrobrás lembrou, à época, que pretendia sair totalmente do setor petroquímico, e que por isso iniciou tratativas com a sua sócia na Braskem para revisar os termos do acordo.

O grupo holandês Lyondell- Basel anunciou no ano passado que tinha interesse em analisar os ativos da petroquímica brasileira, segundo o jornal Wall Street Journal. Fontes familiarizadas com o assunto afirmam que há sondagens de potenciais investidores na Braskem, mas ainda dependem de avanços da revisão do acordo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Letícia Cotta

Título: Privatização da Eletrobras avança

Após meses de negociações, o projeto de lei com o modelo da privatização da Eletrobras será enviado para o Congresso Nacional na segunda-feira. Ontem, o presidente da República, Michel Temer, se reuniu com os **ministros Fernando Coelho Filho (Minas e Energia)** e Henrique Mereilles (Fazenda) para definir o texto, que estava parado na Casa Civil para ajustes.

O projeto prevê o aumento do capital da empresa no mercado, de modo a diluir a fatia do governo no capital social da companhia. O Planalto espera privatizar a estatal ainda este ano e prevê arrecadar R\$ 12,2 bilhões com a operação.

O texto estabelece que nenhum acionista possa ter mais de 10% do poder de voto na companhia para evitar a concentração de mercado. A União teria uma golden share, ou ação de classe especial, que lhe dará direitos especiais em determinados assuntos e permitiria a indicação de um representante adicional ao conselho de administração.

Segundo o governo, a criação de uma corporação nacional de capital pulverizado vai atrair investimentos para a expansão da infraestrutura de energia. O projeto de lei também propõe a extensão dos benefícios da democratização do capital da Eletrobras aos consumidores e contribuintes por meio da redução de encargos tarifários e da maior capacidade de pagamentos de impostos e dividendos.

Embora a decisão tenha sido tomada, o artigo da Medida Provisória nº 814, que incluía a Eletrobras e subsidiárias no Plano Nacional de Desestatização, ainda está suspenso por decisão judicial. O governo, entretanto, pretende resolver a questão por meio do projeto de lei.

“O governo tenta avançar. O que está atrasando a privatização é a venda das distribuidoras da Eletrobras. Quando isso for finalizado, o projeto vai andar. Acho o cronograma extremamente apertado por causa das eleições. Agora, tudo depende do Congresso”, afirmou a economista Elena Landau, que integrou o conselho da Eletrobras.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: L.C.

Título: Gasolina a menos de R\$ 4

Tudo indica que o fim de semana será de combustível com preço mais em conta para os motoristas do DF. Levantamento feito pelo Correio, nas asas Sul e Norte, em Águas Claras, Taguatinga e no Guará, mostra que mais de a metade dos postos vendia gasolina abaixo de R\$ 4 ontem — alguns sem previsão de aumento. Os estabelecimentos com produtos mais baratos estão na EPTG, onde o litro custa R\$ 3,89 — no Safeway só para quem paga em dinheiro, e, no Ipiranga, também para quem usa cartão de crédito.

Como a queda dos preços está espalhada pela cidade, o militar Leandro Incuto, 44 anos, comemora. “Não estou ralando tanto para achar combustível mais barato”. Ele mora na Asa Norte, em frente a um posto BR que vende gasolina a R\$ 3,99. O melhor, segundo ele, é que o gerente disse que o valor não vai variar por algum tempo.

O analista administrativo Leonardo Araújo, 44, entretanto, não tem a mesma sorte. Mora em Sobradinho e garante que é difícil encontrar preços abaixo de R\$ 4 por lá. “Tem que rodar muito para achar, então, prefiro abastecer quando vou para o trabalho na Asa Norte”, explicou. Ele não se incomoda com as filas, desde que isso garanta alguma economia. “Já passei na frente desses postos em horários diferentes e sempre estão cheios. São os mais procurados”, disse.

O empresário Stefano Marcos Trevizório, 47, prefere abastecer perto de casa e, em Águas Claras, opta por postos com preços mais baixos e com menos fila. “No Safeway, não pego tanto movimento, porque o valor só vale para quem paga em dinheiro”. Entretanto, mesmo com o recuo, Trevizório considera a alta dos últimos meses abusiva. “Até onde sei, o petróleo nunca esteve tão barato no mundo”, criticou. O preço também revolta o pintor Fernando Martins, 36, que gasta, em média, mais de R\$ 120 por semana para abastecer o carro. Morador de Sobradinho, ontem parou em um posto na Asa Sul quando viu a plaquinha de R\$ 3,99.

Valor que, segundo o representante comercial Antônio de Paiva, 53, está cada vez mais fácil de encontrar no Plano Piloto. “Até semana passada, era impossível achar combustível a menos de R\$ 4. Em São Sebastião (onde mora) é impossível o preço do litro cair. Acho que é porque só existem dois proprietários de postos, que devem combinar o quanto cobrar”, desabafou.

Desde que a Petrobras mudou a política de preços, em meados do ano passado, que permite à estatal reajustar os valores nas refinarias de acordo com a cotação internacional do petróleo, a estratégia usada pelo pesquisador Guilherme Bastos Pinheiro, 37, é não encher o tanque. Só faz isso quando precisa, pois, dessa forma, consegue aproveitar quando encontra postos com preços mais baixos.

A sensação da servidora Luciana Coutinho Casemiro, 34, é de que a Petrobras parou de mexer nos preços diariamente, como vinha acontecendo. “Pelo menos, não tenho ouvido falar nem de aumento nem de redução de preços. Isso me parece um bom sinal. Estava muito perdida com tanta movimentação dos valores nas bombas”, assinala.

Luciana conta que, pelos cálculos dela, conseguiu economizar R\$ 55 nos últimos 30 dias abastecendo o carro com gasolina abaixo de R\$ 4. “Muita gente diz que essa economia é pequena, que não vale a pena. Para mim, o mais importante é economizar”, frisa.

MME / ASCOM .